

Inovação “historiográfica” antes da história-disciplina: Alcântara Machado e a escrita sobre São Paulo no período colonial

Historiographic “innovation” before History as discipline:
Alcântara Machado and writing about São Paulo in the colonial
period

Franco Della Valle ^a

E-mail: francodvalle1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5082-7941> 

^a Universidade de São Paulo,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Programa de Pós-graduação em História Social,
São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a produção de uma novidade em escritos sobre a história nos anos 1920, ou seja, antes da criação de faculdades de História no Brasil e posterior profissionalização dos historiadores. O objetivo é mostrar que a categorização das obras em uma genealogia de teorias, métodos e autores normalmente tidos como historiadores (de ofício ou não) e que hoje compõem uma visão de “evolução” da disciplina é insuficiente para abarcar as complexidades envolvidas na eleição de uma obra como novidade. Dessa forma, tomou-se como fio condutor o livro *Vida e morte do bandeirante*, de José de Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941), publicado em 1929, e sua relação com outros autores que escreviam sobre a mesma temática no mesmo período. Ao se cotejar esses autores “em uma concorrência”, analisar as críticas de recepção da obra e relacioná-la com outros livros sobre o passado paulista, pode-se compreender que a novidade se expressou mais pela forma da escrita, pela aproximação a uma tendência já existente de relatos de curiosidades sobre o passado e pela relação com o direito, do que pelo apego a métodos historiográficos ou distanciamento deles. Trazer tudo isso para o debate permite, assim, compreender melhor as relações estabelecidas entre autor, obra, seus leitores e o espaço intelectual paulista dos anos 1920.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia brasileira. Método. História regional e local.

ABSTRACT

This article analyzes the production of a novelty in writings on history in the 1920s, that is, before the creation of faculties of history in Brazil and professionalization of historians. The objective is to show that the categorization of works in a genealogy of theories, methods and authors normally considered as historians (by profession or not), that today compose a view of the discipline’s “evolution”, is insufficient to encompass the complexities involved in the election of a book as a novelty. In order to show this, *Vida e morte do bandeirante*, by José de Alcântara Machado (1875-1941), published in 1929, is taken as the guiding thread, as well as its relations with other authors who wrote on the same theme in the same period. By comparing these authors “in competition”, analyzing book reviews and contrasting the work with other books in the past, it can be understood that the novelty was expressed more by the form of writing, by approaching an already existing tendency of reports of curiosities about the past and the establishment of connections with law, rather than the attachment to historiographic methods or the distancing from them. Bringing all this to the debate thus allows a better understanding of the relations established between the author, the work, its readers and the intellectual space of São Paulo in the 1920s.

KEYWORDS

Brazilian historiography. Method. Regional and local history.

Introdução

“Viver alguns instantes com os mortos de que vimos, entre as coisas que os cercavam, é a volúpia a que nos convidam essas folhas rebarbativas, desmanchadas em poeira ou mosqueadas em bolor” (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 12). Com essas palavras, Alcântara Machado convidava seus leitores para uma viagem logo no início do seu *Vida e morte do bandeirante*. Se até então apenas linhagistas, jesuítas e memorialistas haviam narrado o passado de São Paulo dos tempos coloniais, caberia a ele, com base em documentos oficiais antigos e recém-publicados, fazer um tipo de relato pormenorizado, do tipo que Saint-Hilaire fizera com base em suas impressões sobre a província no início do século XIX. A descrição das condições materiais, do cotidiano, das pessoas comuns não era, por si só, uma novidade, mas aplicada à história colonial de São Paulo, tornou-se uma forma de distinção do livro. Além disso, a utilização de ironias, de comparações, de uma forma de escrever sobre o passado já então em voga, que focalizava o interesse nas curiosidades sobre personagens históricos, contribuíram para tornar o livro conhecido. As primeiras resenhas indicam a originalidade do trabalho e a contribuição do autor, que não teria deixado se levar pela “grande história”, pelos grandes personagens, pelas grandes bandeiras. Era, portanto, uma novidade.

Analisar o que foi essa novidade envolve muito mais que uma catalogação como atraso ou inovação historiográfica, cujos marcos analíticos estão inscritos nos métodos e na cronologia que a disciplina História depois invocou como fundadores e conformadores da sua existência. Não há lugar, assim, para amarras metodológicas: importa, mais que isso, mostrar a complexidade de meios e formas com que *Vida e morte do bandeirante* foi construído e recebido. Para iniciar essa análise, é necessário compreender quais eram as fontes então disponíveis e quais eram os outros autores reconhecidos que, naquele momento, também escreviam sobre o passado paulista, a saber, Afonso d’Escragnoille Taunay e Alfredo Ellis Junior. Esses autores podem ser aproximados, ainda, porque foram sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894 e, de certa forma, trataram de assuntos normalmente discutidos em trabalhos publicados na revista da instituição. Isso não significa, porém, que não procurassem diferenciar seus trabalhos uns dos outros. O pertencimento ao IHGSP não pode ser tomado, assim, como um critério classificatório de procedimentos e narrativas únicas, pois Taunay fez obras em tom grandiloquente sobre as expedições dos bandeirantes e a conquista de território; Ellis Junior tratou a história paulista como um “laboratório racial”, que produziu um tipo superior de pessoas; Alcântara Machado sustentou que era por meio da análise da intimidade e de pequenos fatos da vida cotidiana que se poderia narrar a história de São Paulo.

Os produtivos anos 1910 e 1920

Os bandeirantes paulistas são objeto de extensa bibliografia que remonta ao século XVII, com relatos de jesuítas sobre a barbaridade com que esses personagens históricos agiram contra os aldeamentos indígenas. São também antigos os relatos que tratam os bandeirantes em uma chave laudatória, como se eles fossem os responsáveis por desbravar os sertões do que depois viria ser o Brasil, aumentando-lhe o território e contribuindo, assim, com a formação da nação. Nas décadas de 1870 e 1880 alguns autores ligados ao movimento republicano paulista publicaram livros que procuravam resgatar pela positividade os bandeirantes. Cristalizou-se a imagem de que São Paulo era uma "exceção de progresso e liberdade" se comparado ao restante do Brasil, e isso se devia ao seu passado e, principalmente, à sua população (FERRETTI, 2004, p. 164). No final do século XIX, a Repartição Estatística e Arquivo de São Paulo iniciou a publicação da série *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, material que continha subsídios para que os interessados pudessem escrever sobre o passado paulista. Já nas décadas de 1910 e 1920, houve um incremento na produção de escritos sobre os bandeirantes, no que pode ser considerado uma etapa diferente do que até então havia sido escrito, já que abundavam fontes, que seriam fundamentais para "comprovar" tais discursos. Em 1914, o Arquivo Municipal iniciou a publicação das *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*; em 1917, publicou o *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*; e, em 1920, os *Inventários e Testamentos*. Eram coleções de documentos postas ao alcance do público.

Já não era mais necessário fazer pesquisa em arquivos, o que certamente possibilitou o aumento da produção de livros sobre a história paulista. O responsável por essas iniciativas foi Washington Luís, prefeito de São Paulo (1914-1919) e, posteriormente, presidente do estado (1920-1924). Ressalte-se que ele mesmo tinha interesse pessoal no passado, pois já havia feito pesquisas em arquivos para escrever artigos sobre a história de São Paulo, que foram publicados no jornal *Correio Paulistano* e, em 1918, foram editados em livro chamado *A capitania de São Paulo* (DEBES, 2004, p. 19).

Alguns livros, como os de Taunay, foram publicados com o patrocínio de verbas públicas da Prefeitura de São Paulo. O interesse do poder público nas obras de história não se resume a eventuais ligações de amizade entre autores e políticos. Havia interesse em que a história de São Paulo fosse contada, publicada. Os escritos do período normalmente apresentavam uma visão positiva sobre o passado paulista, com a narração de grandes feitos e que justificaria, em alguma medida, o desenvolvimento econômico que o estado atingiu no final do século XIX e início do século XX.

De personagem histórico, o bandeirante paulista passa a ser um símbolo, e as manifestações sobre a grandiosidade do passado calcadas nesse símbolo foram denominadas de paulistanidade (QUEIROZ, 1992, p. 79). Por outro lado, essa mitologia paulista também era utilizada para diferenciar o estado das demais regiões do país, tidas como atrasadas. Pela sua história e pela composição da sua população, São Paulo merecia não somente o destaque econômico que já ostentava, mas também uma maior participação no poder de gerir e definir os destinos do país. É durante esse período de maior disponibilidade e divulgação de documentos que os personagens deste artigo escrevem suas obras.

Os concorrentes: Taunay e Ellis Jr.

Taunay (1876-1958) descendia de uma família conhecida, mas que, no momento da sua educação, não possuía muitos recursos financeiros; formou-se em engenharia e era professor catedrático de Física Experimental na Escola Politécnica de São Paulo desde 1911. Dos escritores tratados neste trabalho, é o que mais publicou livros sobre a história de São Paulo. Seja porque era interessado nesse assunto e também professor de História do Colégio São Bento, seja pelas suas relações pessoais, tornou-se diretor do Museu Paulista em 1917 e já nos anos 1920 gozava de prestígio como historiador regional. Foi aluno de Capistrano de Abreu, com quem mantinha correspondência (ANHEZINI, 2009). Além de diversas obras, Taunay escrevia frequentemente para jornais. Seu livro *S. Paulo nos primeiros anos*, aliás, é a junção da ampliação de diversos artigos publicados na imprensa em 1917, logo após o início da edição da coleção de documentos coloniais *Atas e Registro Geral de São Paulo*, em 1914. Sua obra *História geral das bandeiras paulistas* é certamente a mais conhecida e foi publicada entre 1924 e 1950, em diversos tomos. É também nessa obra que Taunay trata dos bandeirantes mais conhecidos, dos roteiros das bandeiras, das conquistas de território, das lutas contra os indígenas, enfim, da narrativa épica do passado colonial de São Paulo, normalmente em tom laudatório:

Tal, porém, o relevo deste grande vulto [Fernão Dias Paes Leme] que à sua biografia precisamos consagrar algumas páginas especiais, pois não há talvez nos nossos anais de colônia nome mais historicamente prestigioso e popular do que o grande bandeirante seiscentista, do incansável explorador dos imensos e ignotos sertões do 'Guairá', dos 'Itatins', do 'Ibuturuna', dos 'Cataguazes', hoje territórios do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, do Uruguai, Minas Gerais, Bahia, o famoso governador das Esmeraldas, a quem Bilac intitulou

Caçador de Esmeraldas, aumentando-lhe o já tão largo renome graças ao estro dos admiráveis alexandrinos em que lhe celebrou a glória (TAUNAY, 1927, p. 328, maiúsculas e itálicos do autor).

Em outros momentos dos tomos de *História geral das bandeiras paulistas*, Taunay transcreve longos trechos de documentos dos jesuítas das missões do Guairá, para narrar como foram os ataques dos bandeirantes: "No dia seguinte, ao amanhecer [...] acometeram os paulistas como 'leões desatados', tendo à frente o próprio Simão Álvares e seus tupis, 'todos muy bien armados y prevenidos'" (TAUNAY, 1925, p. 81).

Taunay seguia à risca um conselho de Capistrano de Abreu: "Em história o ideal é não deixar trabalhos para os outros, enquanto não aparecem novos documentos" (apud AMED, 2006, p. 254). De 1910 até 1924, ele já havia publicado 21 livros, muitos deles sobre a história paulista. Taunay será lembrado, também, pelo mau estilo da escrita (fato também indicado por Capistrano de Abreu), com períodos intermináveis e confusos, falta de indicação da fonte exata nas transcrições, nomes de capítulos do tamanho de parágrafos - ou seja, seus livros não se realçavam como agradáveis para ler. Ao resenhar o terceiro tomo da obra, João Ribeiro ressalta que Taunay é um autor fecundo, com quantidade considerável de títulos publicados, mas "nem tudo é muito bom" (RIBEIRO, 1927, p. 8). Na resenha do quarto tomo, o mesmo autor menciona ser "tão documentado esse trabalho que às vezes o excesso de análise dificulta a leitura [...]" (RIBEIRO, 1928, p. 9). Além disso, seus livros normalmente seguiam a ordem cronológica dos acontecimentos, como se fossem relatórios sobre as fontes que utilizava.

Nos primeiros tomos de *História geral das bandeiras paulistas*, o autor preocupa-se com um assunto que é uma das maiores questões a ser enfrentada em livros sobre os bandeirantes: a violência, a escravização e a dizimação dos indígenas. Nessa obra específica, Taunay reconhece a violência, mas aponta justificativas para isso, mencionando que, naquele período, outros povos também agiam da mesma forma:

Qual dos povos brancos porém pode irrogar-se a glória de não haver, até agora, nos anos que correm, da era de 1923, lançado mão da prepotência da superioridade sobre as raças inferiores para as forçar a padecer os maiores horrores? (TAUNAY 1924, p. 61).

O aumento do território atual do Brasil como ato exclusivo dos bandeirantes paulistas é quase uma obsessão do autor, presente em várias passagens dos volumes.

Tratava-se de uma “jornada”, “graças a qual ficou fundamentalmente transformada a forma evolutiva da expansão brasileira, de um acontecimento absolutamente capital para a formação de nosso território e nacionalidade [...]” (TAUNAY, 1925, p. 116).

É por causa desse tom de defesa e enaltecimento da conduta dos bandeirantes e da atribuição a eles da conquista de territórios para o futuro Brasil que Taunay será sempre associado à criação e à justificação da paulistanidade. Bem relacionado com os políticos paulistas e com a intelectualidade local, com a publicação de seus livros patrocinada pelo poder público, e já ostentando prestígio como historiador, Taunay foi nomeado professor catedrático de História da Civilização Brasileira na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934, cargo no qual ficou até 1937.

Ellis Jr. (1896-1974) era filho do médico e senador Alfredo Ellis; do lado materno descendia de uma antiga família de proprietários de terras. Estudou no Colégio São Bento, no qual foi aluno de Taunay e formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Após uma carreira pouco expressiva no ramo jurídico, tornou-se um político ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), pelo qual se elegeu diversas vezes como deputado estadual. Foi o autor da proposta de subvenção da obra de Taunay com recursos públicos. Em 1923 começou a publicar artigos no *Correio Paulistano*, por indicação de Taunay. Fez parte da ala verde-amarelo do modernismo, grupo propagador da ideia da “primazia intelectual de São Paulo sobre os demais estados da federação” (VELLOSO, 1990, p. 8). Para além da amizade com Taunay, os investimentos de Ellis Jr. em estudos de história remontam a 1922, quando participou do Congresso Internacional de História da América, realizado no Rio de Janeiro (MONTEIRO, 1994, p. 80). Os artigos publicados na imprensa foram a base de dois livros: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924) e *Raça de gigantes* (1926). Proclamava, ainda, uma “qualidade” que lhe permitiria escrever sobre a história de São Paulo: ser descendente de família antiga, ou seja, supostamente um descendente dos personagens históricos que tomava como objeto de análise (ELLIS JUNIOR, 1936, p. 14).

Em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, Ellis Jr. tratou das bandeiras e bandeirantes importantes, conhecidos e já então famosos, ou seja, se aproximou do tom dos livros de Taunay, expressamente nomeado como inspiração. Também reconhece o problema da escravização e morte dos indígenas, mas o justifica como “necessidade”, ou seja, para a “grande obra” de colonização do território, os bandeirantes precisavam de mão de obra.

Raça de gigantes, publicado em 1926, é obra na qual introduz, de forma mais explícita, teorias raciais, com as quais procurava "cientificamente" comprovar a constituição e perpetuação de uma "raça paulista", diferente em todos os aspectos dos demais habitantes do país. A história dos paulistas já havia sido tratada em termos raciais por Teodoro Sampaio, no final do século XIX, e por Oliveira Vianna, em 1920. Para Teodoro Sampaio, o antigo paulista era fruto de uma "mestiçagem" positiva entre indígenas e portugueses, que o dotou de resistência e força de vontade para vencer as mais diversas dificuldades e colonizar o interior do país (FERRETTI, 2004, p. 243). Oliveira Vianna defendia, em seu livro *Populações meridionais do Brasil* (1933, primeira edição em 1920), a existência de uma "formação racial" específica dos bandeirantes. Baseando-se em autores estrangeiros expoentes das teorias raciais, tais como Lapouge e Quatrefages, Ellis Jr. busca compreender como foi formada a "raça paulista" por meio de "categorias científicas", tais como "dólicos-morenos", "dólico-loiro", "dolicocephalos", bem como comparações de medidas cranianas, estatura etc. Ao contrário de Lapouge, elogia a "mestiçagem", mas somente aquela que aconteceu em São Paulo, a qual, para ele, é diferente da ocorrida no restante do país: era formada por europeus, tidos como superiores, e indígenas. Segundo Ellis Junior, os portugueses que vieram "colonizar" a capitania de São Vicente já seriam resultado de uma "seleção natural" europeia:

A gente, que escapou a todas estas contingências [pestes, doenças hereditárias etc.], foi indiscutivelmente um grupo altamente selecionado e particularmente dotado de uma invulnerabilidade especial, uma rijeza física extraordinária, ao lado de uma fortaleza moral formidável (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 119).

Os indígenas, que, em São Paulo, seriam uma das bases de uma "raça superior", também foram elogiados pelo autor. Assim, os descendentes dessa miscigenação possuíam diversas qualidades, entre elas o alto grau de fecundidade e a longevidade; eram indivíduos arrojados, fortes, tenazes etc. Aliás, o título do capítulo IX do livro é bem claro: "Intelectualidade, religiosidade, idealismo, altivez e temor reverencial, resignação, estoicismo, tenacidade, fortaleza de animo, belicosidade, utilitarismo e honradez" (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 195). Em alguns momentos, Ellis Junior faz a análise da suposta carga genética dos primeiros habitantes e da alta taxa de fecundidade proporcionada pela miscigenação, a fim de "comprovar" suas alegações: "Manoel Fernandes Ramos, com Suzana Dias mameluca $\frac{1}{2}$ sangue teve 8 filhos, 35 netos, 94 bisnetos (conhecidos)" (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 82). O autor retira do negro o papel representativo na formação dessa "raça" especial paulista: "O africano não concorreu para a formação do paulista das primeiras eras" (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 89).

Para John Manuel Monteiro, “a postura de Ellis diante da mestiçagem com o negro é manifestamente negativa” (MONTEIRO, 1994, p. 87). Ellis Junior conclui que a miscigenação entre o branco e o negro produz indivíduos que seriam fecundos “até uma determinada geração, quando se esteriliza...” (ELLIS JUNIOR, 1926, p. 78). O autor manteve essa conclusão na segunda edição de *Raça de gigantes*, de 1936, batizada de *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, no qual ele defende que, por meio da seleção natural de tipos mais resistentes, os descendentes da miscigenação, chamados de “mulatos”, encarado por ele como tipos inferiores, iriam desaparecer do planalto paulista (ELLIS JUNIOR, 1936, p. 67). Assim, associou à sua imagem de autor o “estudo racial” da história de São Paulo e da capitania de São Vicente.

Ellis Junior pode ser acrescentado a uma lista de outros autores brasileiros que, naquele período, foram seduzidos pelas novas possibilidades de análises, calcadas em teorias “mais” científicas para além da narrativa histórica baseada em documentos oficiais. Certamente devemos considerar que Oliveira Vianna já havia analisado a história paulista sob o aspecto de sua constituição “racial”. Provavelmente a participação em um debate com Vianna seja exatamente a constituição da distinção do livro de Ellis Jr, porque se associava a um autor reconhecidamente importante, ou seja, seguia uma trilha analítica já vasculhada com sucesso. Por outro lado, apresentava um resultado diferente, contestando as conclusões de Oliveira Vianna no que se refere à representação do paulista como rico, que vivia no fausto e, mais especificamente, contra a concepção da existência e da operacionalidade de latifúndios na história colonial de São Paulo.

Deve-se reter, então, que tanto Ellis Jr. como Taunay procuraram se diferenciar como autores, ou seja, tratavam do mesmo assunto e escreveram sobre isso no mesmo período, mas de formas diferentes. Apoiar-se na documentação recém-publicada não era, por si só, um diferencial, muito menos ser sócio do IHGSP. Assim, Taunay escreveu uma história grandiosa na chave da epopeia, com vários volumes, presa aos detalhes das expedições, aos grandes feitos dos bandeirantes. Ellis Jr. escreveu um livro de síntese, porém utilizou as teorias raciais como modo de diferenciação do seu trabalho, associando-se de alguma forma ao sucesso já conseguido por Oliveira Vianna. Em comum, esses autores estavam inseridos em determinadas relações. Primeiro, eram próximos de intelectuais e políticos paulistas do período; segundo, usufruíram de apoio financeiro ou de uma relação próxima com o poder público, a fim de editar seus livros; terceiro, descendiam de famílias conhecidas e tradicionais, o que parece ser o amálgama dessas relações. Fica claro, assim, que essas relações estabelecidas eram constitutivas das possibilidades da própria produção dessas obras.

Embora se possam fazer as distinções anteriores, as obras de Ellis Jr. e Taunay, assim como outras do mesmo período, foram, depois, condenadas por grande parte da historiografia acadêmica à vala comum das produções com interesses políticos, como discursos de propaganda de uma pretensa superioridade paulista. *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado, foi uma aparente exceção, pois, ainda hoje, é ressaltado por alguns historiadores como um livro inovador, que fugia do discurso laudatório sobre os bandeirantes (BRUNO, 1979, p. 27; CANABRAVA, 1998, p. 737; LEONZO, 1991, p. 4; SOUZA, 2010, p. 19; TRIGO, 2001; VAINFAS, 2009, p. 222). Certamente essa interpretação não é unânime, já que para alguns historiadores os escritos de Alcântara Machado, Ellis Junior e Taunay são classificados indistintamente como apologias a um símbolo regional e político de São Paulo (VALLE, 2015a, p. 136-144). Para compreender essa exceção, é necessário, antes, compreender seu autor.

Alcântara Machado

Alcântara Machado (1875-1941) era neto do brigadeiro José Joaquim Machado d'Oliveira (1790-1867), autor do *Quadro histórico da província de São Paulo*, de 1864, e filho de Brasília Machado (1848-1919), advogado e professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Foi advogado, político filiado ao Partido Republicano Paulista, professor e diretor da mesma faculdade. Em discursos políticos deixava claro como compreendia a história de São Paulo: "O culto do passado, o orgulho da raça, a fidelidade aos compromissos, a aversão à desordem e à indisciplina, a coragem desassombrada na afirmação dos próprios ideais são traços característicos do espírito paulista..." (ALCÂNTARA MACHADO, 1915). Essas qualidades seriam herança dos bandeirantes, tidos também aqui como conquistadores de território. Em várias oportunidades Alcântara Machado mencionava a antiguidade de sua estirpe, obviamente relacionada com as qualidades dos bandeirantes. Pode-se dizer que, possivelmente, ele fosse um dos que mais utilizava essa ferramenta de qualificação pessoal. Na guerra civil de 1932, chamada pelos paulistas de "Revolução Constitucionalista", a paulistanidade foi utilizada ao extremo, especialmente para recrutar jovens para a luta armada. Em um discurso de paraninfo lido em março de 1932, ele dizia que o orgulho da ascendência era justificado, pois os antigos paulistas foram heróis, altivos e honestos (ALCÂNTARA MACHADO, 1932, p. 86).

Após a derrota de São Paulo nas eleições constituintes de 1933, a paulistanidade ainda era utilizada para angariar votos. No caso específico de Alcântara Machado, utilizava isso em sua propaganda política como candidato a deputado constituinte:

“Comparai, paulistas, e julgai. De um lado, os que não precisam fazer prova de amor à terra e de seu devotamento à gente, porque à terra e à gente pertencem” [...] (ALCÂNTARA MACHADO, 1933, p. 6).

O exemplo mais citado da utilização da versão laudatória sobre o passado paulista por Alcântara Machado foi o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1933, quando proferiu uma frase que depois ficaria famosa: “Paulista sou há quatrocentos anos”. Tudo isso leva a compreendê-lo como o típico paulista dos estratos sociais mais elevados daquela época: antiguidade de estirpe alardeada, político filiado ao PRP ou ao Partido Democrático (PD), proprietário de imóveis, advogado, professor da faculdade de direito, sócio do IHGB, membro da Academia Paulista de Letras e escritor. Quem fizer a leitura apenas dos seus discursos poderia considerá-lo mais radical nos elogios aos bandeirantes do que Ellis Jr. e Taunay. Sua figura pública foi construída em cima desse discurso.

Certamente houve críticas a essa postura, mas isso não diminui a intensa associação que fez do seu nome com o passado paulista. Quando Alcântara Machado morreu, os elogios fúnebres destacavam o seu pertencimento a São Paulo, a sua linhagem, enfim, as qualidades que o tornavam um paulista típico daqueles discursos sobre a paulistanidade. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi colocado um busto em sua homenagem, no qual consta, entre outras frases: “Glorificador da terra natal”. Por outro lado, a força desse discurso laudatório sobre São Paulo era forte o suficiente para fazer com que um grupo de pessoas simples, em sua maioria imigrantes italianos ou seus descendentes, fizesse um requerimento, dirigido à Academia Paulista de Letras, para que a Rua dos Trilhos, no bairro da Mooca, fosse denominado Rua Senador Alcântara Machado, como de fato depois aconteceu. Homenagem singela daqueles Zamboni, Manzione, Garafalo, Pugliese, Piazza e Furlan que, segundo o homenageado, talvez não eram tão paulistas assim (ZAMBONI *et al* 1941).

O cotidiano e o homem comum

Vida e morte do bandeirante foi publicado em 1929. Diferenciava-se dos livros de Taunay porque, embora contivesse referências a personagens históricos conhecidos, foi estruturado em capítulos que enfocavam a vida cotidiana dos antigos paulistas. Isso a despeito da dedicatória do autor aos seus antepassados que, segundo ele, chegaram ao Brasil junto com Martim Afonso de Souza, em 1532. Ao contrário da má escrita de Taunay e dos termos supostamente científicos e complicados utilizados por Ellis Jr., Alcântara Machado oferecia uma escrita mais simples e mais atraente, obviamente

para os padrões da década de 1920, com títulos de capítulos curtos e divididos sobre assuntos, numa narração não cronológica. Ao invés de se preocupar com descrições de ataques dos bandeirantes às missões jesuíticas, o nome dos participantes dessas jornadas, datas, atos de personagens conhecidos, Alcântara Machado se interessava pelos bens arrolados nos inventários, a fim de narrar uma vida simples e de pouco luxo dos antigos paulistas. Sendo assim, procura saber dos bens que guarnecem as residências, tais como (ou a ausência de) móveis, utensílios de cama, roupas, livros, alimentação, cuidados com a saúde e higiene, preços de imóveis, comportamento dos advogados, juízes, tabeliães, curadores etc.

O livro continha, na primeira edição, ilustrações feitas por Yan de Almeida Prado, que participou da Semana de Arte Moderna de 1922 e fazia ilustrações para a *Revista de Antropofagia* e para a revista *Klaxon*. Nas edições seguintes, as ilustrações foram feitas por José Wash Rodrigues, autor do brasão da cidade de São Paulo, completamente tributário do discurso da paulistanidade. Antes da publicação, surgiram anúncios do livro na *Revista de Antropofagia*, ao lado de outros sobre os livros de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, possivelmente possibilitado pelas relações do seu filho, Antônio de Alcântara Machado, com os modernistas paulistas (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1929a, b, p. 6).

Considerando um conjunto de 12 resenhas referentes à primeira edição, em 1929, e uma resenha sobre a segunda edição, em 1930, publicadas em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, pode-se dizer que houve um recebimento favorável, vindo de intelectuais conhecidos, tais como Medeiros e Albuquerque, Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt, Plínio Barreto, João Ribeiro etc. Elogios sobre a linguagem foram relativamente comuns, mas em uma das resenhas assume um grau de diferenciação, já que não "apresentava volume pesado e rançoso, privilégio de quase todos os nossos historiadores [...]". O mesmo resenhista indica que, analisando "documentos arcaicos e soporíferos", os historiadores brasileiros escreviam obras "mais pesadas e mais soporíferas que os documentos que procuram interpretar e divulgar" (GUASTINI, 1929, p. 4). Há críticos que ressaltam trechos do livro que são do seu interesse especial, como Alceu Amoroso Lima, que em sua resenha ocupou-se mais sobre a devoção e religiosidade dos antigos habitantes de São Paulo (LIMA, 1929, p. 4), ou Taunay, que, a rigor, não produziu resenha, mas se utilizou de indicações de *Vida e morte do bandeirante* para escrever sobre o apresamento de indígenas e outros assuntos (TAUNAY, 1929a, p. 5 e 1929b, p. 5). Já Frederico Schmidt denotava que o autor não sucumbira à literatura, "que é deturpadora, por excelência, da verdade" (SCHMIDT, 1929, p. 2). A indicação dessas qualidades do livro não impedem

elogios na chave laudatória aos paulistas, ainda mais considerada a figura pública de Alcântara Machado. Assim, uma resenha não assinada no jornal *Diário Nacional*, *A democracia em Marcha*, de São Paulo, asseverava a positividade da descrição da vida dos bandeirantes, sua “heroica aventura” com o “recuo do meridiano” (DIÁRIO NACIONAL, 1929, p. 5). Outros resenhistas destacaram que o livro trazia uma novidade. Taunay menciona que Alcântara Machado apresentou uma análise “de facetas novas da organização dos paulistas dos dois primeiros séculos” (TAUNAY, 1929a, p. 5). Agenor de Roure destacou que “da epopeia bandeirante, já tínhamos poemas e narrativas de valor” e prossegue descrevendo a novidade que o livro representava: “O que o livro de Alcântara Machado tem principalmente de curioso e novo é a evocação da vida do bandeirante naquela pequenina povoação [...]” (ROURE, 1929, p. 3). Medeiros e Albuquerque escreveu: “Quando lidamos com grandes feitos da história, lidamos em última análise com abstrações. O general, o rei, o soldado, são generalizações livrescas” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1929, p. 3). Na visão do resenhista, o livro fugia da narração “pomposa”, a fim de mostrar como viviam, como amavam e como se divertiam os antigos paulistas. Para ele, o autor havia buscado as coisas pequenas da vida, a analisar documentos antigos, a “espiar por buracos de fechaduras”. Segundo Silveira Bueno, tratava-se de um livro no qual o autor não se incomodou “com a terra e as origens étnicas do povo”, mas sim com o estudo da “sua vida em casa, na família, desde os seus móveis até sua psicologia” (SILVEIRA BUENO, 1929, p. 8). Chamando o livro de história cultural (utilizando-se ainda do termo *kulturgeschichte*) e aproximando-o de Taine, João Ribeiro, que foi professor de História Universal do Colégio Pedro II, destaca que o autor preocupou-se mais com fatos do que com personalidades. Construído o ambiente, “as personalidades que seriam o complemento da história, não figuram por dispensáveis ao intuito do nosso historiador” (RIBEIRO, 1929, p. 8).

Embora não se possa falar em unicidade na recepção, de certa forma, as resenhas que indicavam um diferencial do livro se aproximavam da enunciação de distinção feita pelo próprio autor:

Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem número de fatores ocultos que os condicionam e explicam. O conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno que desde as cavernas vem pelejando para melhorar-se e melhorar o meio em que vive, tal o objetivo essencial da história.

Como poderemos atingi-lo, se concentrarmos toda a atenção em meia dúzia de figuras, esquecendo o esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anônimos, as ideias e os sentimentos da multidão (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 5).

Assim, foi com base no que se pode chamar de protagonismo do homem comum que Alcântara Machado procurou diferenciar seu livro dos demais congêneres produzidos nas décadas de 1910 e 1920 e algumas resenhas efetivamente encamparam essa distinção.

Questões de classificação

Como dito, a produção de livros sobre a história colonial de São Paulo foi tomada, posteriormente, como assunto de análise historiográfica, na qual se destacavam o compromisso com o poder, com a paulistanidade. Esse é o tema principal de alguns trabalhos, tais como *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante* (ABUD, 1985) e *Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário* (QUEIROZ, 1992). Outros destacam que *Vida e morte do bandeirante* é uma exceção, porque trata do cotidiano e do homem comum, e se afasta, assim, da "grande história". A exceção, porém, tem limites. Embora tratasse do cotidiano, da cultura material e fosse pioneiro, o livro "era ainda muito descritivo" (SOUZA, 2010, p. 19) ou "mais descritivo do que analítico" (VAINFAS, 2009, p. 222). Tratava-se, então, de uma obra que já avançava em alguns pontos, mas em tese não seguia um método. Para Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, a *maioridade* da história do cotidiano e do homem comum no período colonial de São Paulo ocorreu com os livros de Sérgio Buarque de Holanda, com "metodologia rigorosamente adequada ao objeto", e uma "surpreendente afinidade e coincidência metodológica" com a historiografia francesa dos *Annales* (SOUZA, 2010, p. 23). A questão que se coloca é uma dicotomia entre a História com método ou com um método melhor (no caso de Sérgio Buarque de Holanda), e uma história pioneira, mas diletante, descritiva e, portanto, sem um método adequado (no caso de Alcântara Machado). Transpondo essa dicotomia para as relações institucionais, Sérgio Buarque de Holanda representaria a vitória dos historiadores profissionais contra os historiadores amadores, já que substituiu Ellis Jr. que, por sua vez, substituiu Taunay, na cátedra de História da Civilização Brasileira da Seção de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. No mais, normalmente se ressalta como ponto favorável na representação sobre o

papel de Holanda um contato prévio com os métodos historiográficos modernos, no período em que foi assistente de Henri Hauser no curso de História da Universidade do Distrito Federal nos anos 1930.

As comparações entre Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda se dão na mesma chave: o primeiro seria um escritor de “tradição bacharelesca”, cujo procedimento de análise prendia-se em relações entre “causas e consequências”; o segundo já esboçava uma análise mais sofisticada, pois “soube perscrutar as principais tradições teórico-metodológicas de sua época, especialmente a francesa e a alemã...” (ROIZ, 2013, p. 22). Para Thiago Nicodemo, Sérgio Buarque de Holanda não seria apenas um introdutor das novas referências teórico-metodológica dos *Annales*, mas uma espécie de resposta original brasileira à historiografia anterior (NICODEMO, 2008, p. 195). Certamente a centralidade de Sergio Buarque de Holanda como autor de ruptura entre modelos historiográficos sobre o bandeirismo tem sido complexificada, pois ressaltadas as influências recebidas de Taunay (SCHNEIDER; MATINS, 2019) e aproximações com obras produzidas no início do século XX. Além disso, algumas análises dão ênfase ao momento e aos locais de produção dos escritos de Holanda (MARTINS, 2017, p. 170 e 211). A questão, porém, de se empregar como comparativo autores e “métodos” anteriores e posteriores, na qual a universidade ganha papel de legitimação da moderna historiografia (MARTINS, 2017, p. 239), permanece.

A análise pode certamente ser centralizada na diferença entre os autores diletantes, na maior parte juristas, e os historiadores ditos profissionais, que produzem historiografia ancorada em “métodos” (ou no que atualmente se entende como métodos historiográficos) Por outro lado, a consolidação, ao longo do tempo, dos cursos superiores de História representa alterações significativas de sujeitos, objetos e práticas historiográficas. Mas encerrar a análise no inventário dessas diferenças e oferecer um balanço qualitativo de escritos obscurece algo importante: historiadores, principalmente os diletantes, podem ser compreendidos por outros ângulos que não aqueles celebrados como legítimos pela prática historiográfica posterior. No caso específico, não se pode tentar encontrar afinidades e diferenças do livro de Alcântara Machado com a historiografia dos *Annales*, das mentalidades etc. Além disso, a própria representação do que seria a historiografia dos *Annales* também foi objeto de discussões e, se encarado como um sujeito histórico, apresenta significações tão diversas quanto complexas (OSÉS, 2018). Não pode, portanto, ser tomado como marco classificatório de forma unívoca. *Vida e morte do bandeirante* deve ser analisado de acordo com os critérios de julgamento, tradições intelectuais, relações sociais e afinidades da época em que

foi produzido, ou até mesmo por instrumentos posteriormente colocados à disposição do analista, desde que não se tomem os métodos historiográficos como marco zero interpretativo.

Projetar para o passado métodos historiográficos posteriores, a fim de classificar autores, nada mais é do que um anacronismo metodológico. O interessante é que, enquanto a maior parte dos historiadores atuais converge no sentido de não se admitir mais uma narrativa histórica teleológica, linear e evolucionista, há análises historiográficas que se predem ao método como fator diferencial e caem em uma verdadeira armadilha, na qual os escritos são apresentados em uma linha que "evolui" dos linhagistas e memorialistas, passa pela "metodologia" dos institutos históricos e deságua na produção acadêmica, também apresentada como uma evolução de produções cada vez mais sofisticadas.

Dessa forma, o protagonismo do homem comum e do cotidiano do livro não é aquele preconizado pela historiografia francesa, em maior ou menor grau, em descritivo ou analítico. Outros valores caros a um livro tido de história antes da criação de cursos superiores da disciplina História e da futura crítica acadêmica são os parâmetros tanto da escrita como da recepção das obras naquele momento. Não se trata de afirmar o que Alcântara Machado de fato não é (*annaliste*, weberiano, inovador metodológico), mas sim de apontar em que termos o seu livro foi concebido pelo seu autor e pelos seus leitores. No caso, mesmo que a análise do homem comum não seja aquela preconizada posteriormente, pelo "método", era um fator de diferenciação para alguns resenhistas da obra, mas em outra chave de valores, correspondentes ao período em que foi escrita.

Aproximações com outros gêneros: os livros de curiosidades históricas

O desconforto com a *grande história*, dos personagens importantes, não era relatado apenas por Alcântara Machado. Para Almeida Nogueira, memorialista da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, essa também era uma questão a ser enfrentada, quando produziu seus escritos do início da década de 1910. Para esse autor, seus livros proporcionariam "momentos de atraente diversão", pois salvariam do esquecimento "interessantes pormenores, desses que, desdenhosa, a História omite do alto dos seus coturnos [...]" (ALMEIDA NOGUEIRA, 1977, p. 11). A inovação de Alcântara Machado foi adaptar essas intenções a um assunto já bem estudado, pretendendo, com isso, criar uma marca distintiva.

A chave para a compreensão do desabafo desses dois autores está situada bem longe da França e se assenta na curiosidade dos leitores, a ser saciada por meio de uma comparação entre o passado e o presente, que já então constituía um tipo de narrativa, especialmente em São Paulo (VALLE, 2015b). Quando os livros de Taunay, Ellis Jr., Alcântara Machado e Almeida Nogueira foram publicados, a cidade de São Paulo já era uma espécie de metrópole. Muitas fábricas, construção civil acelerada, principalmente de imponentes prédios públicos, edifícios particulares cada vez mais altos, elevadores, grandes mansões dos magnatas industriais, dos fazendeiros, imigrantes novos-ricos. Automóveis, cinema, energia elétrica, novos bairros, ricos e pobres. As pessoas das camadas mais elevadas importavam artigos de luxo, gostos e modas. A representação da cidade fixava-se nas palavras grandiosidade e modernidade, concentrada no embelezamento público que procurava, de certa forma, diferenciar-se da imagem da vila acanhada do passado colonial. Certamente um embelezamento que tendia a escamotear os cortiços e a situação precária da maior parte da população, mas indicava um senso comum de mudança, que a modernidade havia chegado para ficar.

A comparação entre esse presente importante, vertiginoso e promissor contrasta com um passado simples e pobre dos habitantes da então vila de São Paulo. Embora atualmente a alardeada pobreza dos antigos habitantes de São Paulo, descritas nos inventários e testamentos, tenha sido objeto de análise e crítica (MARANHÃO, 2010), Alcântara Machado estava reagindo, tal como Ellis Junior, à visão de Oliveira Vianna, ou seja, desmentindo com provas a noção da existência de luxo e riqueza no período colonial paulista. Por outro lado, o autor repete, com documento oficiais, um tipo de regresso visual ao passado, parecido com aqueles produzidos por viajantes no Brasil do século XIX. Ressaltar a pobreza e a falta de cultura da população, até mesmo dos grandes proprietários rurais, o pouco luxo das vestimentas, das casas, das igrejas, a rudeza dos modos, tudo isso já havia sido mencionado em detalhes por Saint-Hilaire em seus relatos de viagens pelo território paulista. Para o viajante, “com exceção de uma ou duas, tais casas [do interior da província] só denotam miséria, e o vestuário dos seus habitantes não é feito para desmentir tal ideia” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 91). Impossível saber quais eram os livros que compunham a biblioteca de Alcântara Machado, mas certamente leu Saint-Hilaire, pois há menção específica no *Vida e morte do bandeirante*. Assim, sobre um bandeirante conhecido, enaltecido pelo linhagista Pedro Taques, Alcântara Machado destaca a pobreza do patrimônio arrolado, composto por poucas guarnições da sua casa (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 58). Dessa forma, as influências do livro estão mais relacionadas à produção de um relato plástico de pequenos fatos do passado do que a métodos ou falta de métodos historiográficos.

Diz-se, anteriormente, que é uma comparação qualificada porque não se encerra nesses opostos de pobreza e riqueza, mas dela decorre a ideia de progresso, no sentido de que foram a força, os costumes, uma suposta herança genética e o trabalho dos bandeirantes que geraram um espírito paulista e o desenvolvimento em direção àquele presente do final dos anos 1920. É importante destacar como isso aparece no texto.

Em alguns trechos, a comparação é feita por meio de perguntas retóricas como, ao analisar o patrimônio de um bandeirante conhecido com o que ganharia um trabalhador autônomo nos anos 1920: "Que jornalista se contentaria na atualidade com esse punhado de trastes e utensílios domésticos?" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 52). Em outro lugar da narrativa, o autor faz um convite aos leitores para analisarem uma residência do período colonial: "Entremos. À claridade que o crivo das rótulas atenua e tamisa, as paredes brancas se destacam e se desdobra o tabuado largo dos salões. Que desconforto e pouquidade!" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 52). O autor compara o preço dos serviços jurídicos do seu tempo com os gastos para processamento dos inventários antigos, algumas vezes pagos com víveres: "Tempo feliz em que bastava um cevado para saciar a ganância de um homem do foro!" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 132).

Essas formas de comparação são sustentadas por um tipo de diálogo com os leitores, como se eles estivessem em uma conversa informal, compartilhando sentimentos, saudades e curiosidades. Há uma certa intimidade entre autor e leitores. Disso decorre que o autor conhecia seu público, pessoas como ele, para quem visitar a história da vida simples dos seus "antepassados" era uma viagem sentimental no meio do caos paulistano dos anos 1920. Somada às ilustrações, essa forma de narrativa possibilitava uma viagem visual ao passado mais remoto daquele narrado pelos viajantes do século XIX. Há frases explícitas nesse sentido, como uma em que o autor relata sobre o aumento do patrimônio, com o passar do tempo, dos paulistas antigos e seu reflexo nas roupas: "Daqui estamos a vê-lo, todo pimpão, casaca forrada de tafetá, gibão de telinha, calção com ligas de fitas, a atravessar o terreiro do Matriz, à sombra do seu vistoso chapéu de sol *pintado de óleo*" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 74, itálicos no original). Trata-se, como ressaltado por Laura de Mello e Souza, de "uma linguagem simples e plástica" (SOUZA, 2011, p. 125). Impossível, aqui, não fazer uma comparação específica com a plasticidade da narrativa de *Pathé-baby*, de Antônio de Alcântara Machado (filho de Alcântara Machado), publicado em 1926. Trata-se de um livro contendo crônicas feitas pelo autor com suas avaliações subjetivas sobre diversas cidades que visitou em uma viagem à Europa. O nome do livro já indica a comparação com o cinema: Pathé era o nome da marca de câmeras portáteis daquela época. Pretendia-se que seus leitores

visualizassem o cotidiano das cidades europeias, não somente no que elas tinham de positivo, mas também com críticas (RODRIGUES, 2012).

Dessa forma, *Vida e morte do bandeirante*, ainda que não explicitamente, sugere a apologia à paulistanidade, embora não seja essa sua questão principal, tampouco a melhor forma de analisá-lo historicamente. A apologia existe, mas não é isso que distingue o livro.

A narrativa dos pequenos fatos, dos detalhes e do cotidiano, não era uma especialidade específica de Alcântara Machado e de Almeida Nogueira, com sua história sobre a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Sobre essa instituição, também foi publicada uma obra, em dois volumes, por Spencer Vampré em 1924; sobre a Faculdade de Direito do Recife, uma obra de Clovis Bevilacqua, em 1927. Esses livros descreviam a vida acadêmica, os nomes e as personalidades dos alunos e professores, os costumes, as piadas etc. Assim, irreverência, cacoetes, segredos, tudo isso aproxima os alunos da faculdade de um modo afetivo, atualiza o elo entre gerações, tal como um parente idoso que conta indiscrições dos membros da família, com o intuito de causar riso, mas que somente fazem sentido porque contadas pela e para família. Sobre a faculdade paulistana, Almeida Nogueira e Spencer Vampré narravam a história de um professor que, no século XIX, vinha dar aulas montado em seu burrinho, que amarrava na frente do prédio da faculdade (VAMPRE, 1977, p. 192). A evocação desses pormenores possibilita a mesma forma de comparação feita por Alcântara Machado entre um passado mais tranquilo e simples com aquele presente em mudança.

No caso de São Paulo, houve ainda a publicação dos livros de Antônio Egídio Martins, em 1911 e 1912, que eram a junção de artigos seus de jornal, nos quais contava curiosidades sobre o passado da cidade, tais como o nome de ruas antigas, os relatos de obras executadas, antigos monumentos, chafarizes, a criação e a destruição de melhoramentos públicos, de igrejas etc (MARTINS, [19--]) . Era, em resumo, uma descrição de prédios e de pessoas que não mais existiam quando foi publicada. A sua escrita é um tanto monótona, com remissões intermináveis a pessoas, a leis, a decretos etc. Não continha, assim, nenhum dos expedientes literários utilizados por Alcântara Machado, aptos a popularizar seu livro. Antônio Egídio Martins era funcionário público da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo e foi nos documentos existentes nesse órgão que fez suas pesquisas para escrever seus artigos de jornal.

Há um outro ponto que une esses historiadores do passado paulista: a devoção ao documento. Alguns autores vislumbram nessas obras a adaptação de algumas regras e procedimentos metodológicos historiográficos estrangeiros. No caso de Taunay, Karina

Azenhizi destaca a influência da metodologia proposta pelos historiadores Langlois e Seignobos no que se refere à crítica documental, ou melhor, da necessidade das provas para produção de obras historiográficas (ANHEZINI, 2009, p. 236). Sem embargo dessa forma de análise, pode-se pensar numa hipótese mais "mundana", ou seja, a influência que o direito teve sobre esses autores, a maioria deles bacharéis. A prova, especialmente a documental, é primordial para a construção de um relato e o reconhecimento de uma situação em processos judiciais, com regras sobre quais delas são admitidas, como elas são produzidas, quem as deve produzir, etc. Isso não somente na seara do Direito Processual, normalmente responsável pelo regramento da produção das provas. Há condutas ainda hoje definidas como crime de falsidade ideológica (inserir conteúdo inverídico em um documento) e falsidade material (falsificar fisicamente o documento) que basicamente são traduções dos procedimentos de crítica interna e externa dos documentos. Essa influência pode ser sentida inclusive em Taunay, que era engenheiro e de fato leu e citou procedimentos metodológicos de Langlois e Seignobos, mas não deixou de fazer referências ao mundo jurídico: "Cada fato histórico a esclarecer é uma questão a julgar em que, como em todos os processos, se começa pela audição das testemunhas" (*apud* ANHEZINI, 2009, p. 238). Dessa forma, também aqui a *metodologia* está bem longe da França e mais perto das faculdades de direito brasileiras.

A curiosidade ainda continuou sendo o mote da publicação de outros livros, normalmente na mesma chave de comparação, o que se pode denominar de um gênero de considerável duração. Em 1933 foi publicado *São Paulo de outrora*, de Paulo Cursino de Moura (1954). Essa obra traz os nomes antigos das ruas e das igrejas do centro da cidade, fotos e plantas antigas. Em comum com *Vida e morte do bandeirante*, traz ilustrações, acrescidas de muitas fotografias, em sua maioria do século XIX. Paulo Cursino é mais dramático do que Alcântara Machado na narrativa de alguns episódios, em especial para tratar do Largo do Pelourinho, visitado por um antigo escravizado depois de muito tempo, com diálogos entre personagens, como se fosse uma peça de teatro. Em alguns momentos o livro pode ser considerado mais um romance histórico do que simples enumeração de curiosidades. Mas, de forma diversa, seu livro tem por capítulos os nomes de logradouros da cidade, o que o leva normalmente a tratar de doadores de terras, grandes personagens que contribuíram para a criação desses lugares, etc. É, assim, um livro que não trata especialmente do homem comum como protagonista da história de São Paulo, mas que traz em seu conteúdo diversas curiosidades sobre o passado paulista.

Em 1946 foram publicadas as memórias de Maria Paes de Barros, então com 94 anos de idade. Senhora da elite de agrária de São Paulo, narrou em seu livro como

era sua vida na segunda metade do século XIX, os costumes, as viagens a cavalo ou mula para o litoral paulista ou para o interior, a relação entre sua família e os seus escravizados, o cotidiano da cidade e das fazendas, as formas de vestuário, a comida, o ensino os castigos, etc. O livro se inicia com uma evocação que dará o tom de toda a história na chave comparativa: “Ó boa, calma, simples e monótona Paulicéia do tempo de dantes!” Em outra passagem: “Querida São Paulo, hoje tão orgulhosa de tuas esplêndidas conquistas, é com um sorriso de ironia que nos lembramos da vida singela e austera que então levavam os teus filhos.” (BARROS, 1998, p. 1 e 2). Perto da comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954, são publicados e reeditados outros livros cujo objeto são as descrições do cotidiano dos antigos paulistas, das mudanças de uma cidade pobre e sem importância para uma cidade rica e próspera, etc. *Vida e morte do bandeirante*, que já tinha diversas edições, foi republicado em 1953; os diversos tomos da *História geral das bandeias paulistas* foram condensados e publicados em 1951; e o livro *São Paulo de outrora*, de Paulo Cursino de Moura teve uma terceira edição em 1954.

A ironia como marca de distinção

De forma diferente dos demais livros mencionados no “gênero” curiosidades, *Vida e morte do bandeirante* contém um mecanismo que contribui para conformá-lo como uma exceção em meio a livros laudatórios daquele período, que é utilização de ironias pelo seu autor. Esse fato não passou despercebido e foi apontado por Plínio Barreto em uma resenha logo após a publicação do livro: “O gosto da arte e da ironia fazem do sr. Alcântara Machado um comentador atraente. As setas que desfere, no correr da narração, dão para encher uma boa aljava” (BARRETO, 1929). Silveira Bueno chega a classificá-lo de “crítico levemente mordaz” (SILVEIRA BUENO, 1929, p. 8). A ironia mencionada funciona, em alguns momentos, como uma forma de crítica de alguns atos dos bandeirantes. Também utilizava a proclamada pobreza do passado de forma irônica, para criticar o presente. Nessas passagens, o autor põe em destaque os últimos desejos de alguns personagens do passado para ressaltar sua hipocrisia. Em um testamento, no qual o testador menciona certa dose de culpa, ao mencionar ter escravizado indígenas, dizendo que os trouxe “com pouca vontade”, Alcântara Machado arremata: “Com pouca vontade... Eufemismo encantador!” (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 171). De outro testador, ferido nos olhos, ressalta a libertação dos indígenas escravizados, pois não faltaria alguém para enganá-los, embora tenha pedido a um sobrinho que os protegesse. Ao final, o autor comenta: “Que clarividência a do

ceguinho de Parnaíba!" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 178). Em alguns momentos, a crítica é um pouco mais explícita, como, por exemplo, na passagem em que menciona que os escravizadores de indígenas se consideravam quites dos seus pecados por meio da encomenda de "meia dúzia de missas". Todavia, ao final da passagem, deixa claro que prefere os mais sinceros: "Mil vezes a franqueza de Lourenço de Siqueira: 'e lhes peço perdão de alguma força e injustiças que lhes haja feito e de lhes não ter pago seu serviço como era obrigado'" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 170). A passagem final atenua a crítica, pois toma a franqueza como algo de positivo daquele antigo paulista. A ironia permite tratar de forma crítica esses atos, mas somente funciona porque é feita por alguém totalmente relacionado com a paulistanidade, ou seja, era uma crítica feita por quem estava socialmente autorizado a fazê-la. Por outro lado, a crítica irônica é pulverizada no livro todo: não há uma classificação crítica ampla e expressa, destinada a todos os comportamentos de todos os personagens do passado, mas sim a descrição irônica em algumas passagens, o que certamente contribuiu para o livro não ser tido como ofensa aos valores paulistas. Há passagens com críticas diretas, nas quais chama um testador de criminoso (por pedir à esposa que, se quiser, alforrie um indígena que era tido como seu filho), ou aponta a dissimulação em bondade de um ato cruel de alforria de indígenas escravizados já idosos e doentes. De forma geral, a ironia e essas críticas mais diretas não foram relacionadas pelos resenhistas como um ponto central do livro. Nesse ponto específico (críticas), *Vida e morte do bandeirante* é completamente diferente dos livros de Taunay, que costumava tomar como uma questão pessoal as críticas feitas ao bandeirismo, como se percebe da sua resposta a um crítico alemão, que havia classificado as bandeiras como uma "mancha negra na história brasileira: [...] que se reflita um pouco acerca do regime de delicias da colonização germânica quinhentista em Venezuela e dos processos daquele S. Vicente de Paula que chamava Ambrosio Alfinger (TAUNAY, 1924, p. 2).

Seja como for, seja pelas críticas, pela ironia ou pelo enfoque das coisas mais simples e do cotidiano dos habitantes da capitania de São Vicente, *Vida e morte do bandeirante*, de certa forma, não parecia obra de um autor que ostentava, ao máximo, como suas as propaladas virtudes bandeirantes e paulistas. O lapso de um resenhista, que indicou Antônio de Alcântara Machado como autor da obra, é mais que um ato falho, além, obviamente, dos nomes comuns (CORREIO PAULISTANO, 1929). Àquela altura, considerados os livros já existentes sobre o assunto, esperava-se mais um livro de apologia do que um livro irônico que tratasse do "homem comum". Isso aponta para as próprias condições sociais de produção do livro. Alcântara Machado ganhara notoriedade por meio da repetição de um discurso laudatório sobre os bandeirantes

e suas virtudes. Para além de uma virtude moral decorrente do território, ele reivindicava a herança de sangue dessas tradições, indicando sempre que possível que um antepassado seu teria chegado a São Vicente em 1532, no cargo de loco-tenente de Martim Afonso de Souza. Certamente não poderia fazer críticas pesadas e diretas sobre esse personagem histórico. É no meio dessas relações que se pode compreender a sua “inovação”. O afastamento da simples defesa da paulistanidade parece estar mais ligado a uma herança intelectual de sua família do que à antecipação de algum método historiográfico. Seu avô, o brigadeiro José Joaquim Machado d’Oliveira, foi sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e Diretor Geral dos Índios da Província de São Paulo, vinculando-se à vertente indianista, que ressaltava as qualidades positivas dos indígenas e atribuía sua decadência ao contato com o dominador branco (FERRETI, 2007, p. 6). Não escamoteava, portanto, a violência desse contato, denunciando os atos dos conquistadores, inclusive dos bandeirantes. Nesse sentido, em seu livro *Quadro histórico da Província de São Paulo*, o autor afirmava sobre a “obra de arrasamento do Gaurá, fazendo-se horrorosa mão-baixa nos índios que tentaram defender suas famílias, aprisionando-se todos quanto escaparam à matança...” (MACHADO D’OLIVEIRA, 1978, p. 90). Mas a edição desse livro ocorreu em 1864, em um momento diferente para os intelectuais paulistanos, no qual o ufanismo da figura do bandeirante não era essencial para se destacar como figura pública. No caso de José Joaquim Machado d’Oliveira, a carreira militar bem-sucedida e a participação na administração dos indígenas parece ter sido o seu maior trunfo para se tornar conhecido.

Conclusão

A excepcionalidade de *Vida e morte do bandeirante* assenta-se nas relações estabelecidas pelo seu autor com os demais escritores que publicavam livros sobre o mesmo assunto no mesmo período. É por meio da compreensão dessas relações e das críticas de recebimento do livro que se pode extrair as qualidades que sustentavam a imagem de uma originalidade historiográfica: atenção às curiosidades e ao cotidiano, utilização da ironia como uma forma de crítica, o tipo da escrita empregada, que permitia uma viagem emocional e visual do leitor a um passado distante, o apego ao documento como prova historiográfica, etc. Tomar simplesmente a utilização ou não de métodos historiográficos posteriores impede uma análise mais ampla de como a história era escrita. Categorias como historiografia do IHGB, IHGSP, “tradição bacharelesca”, “estudos pré-científicos” (FERREIRA, 2002, p. 174), etc., em que são colocados juntos obras e autores tão diferentes, prestam-se mais para se firmar a “modernidade” ou a

"profissionalização do historiador" como ápices de uma taxonomia acadêmica, do que para compreender a complexidade da escrita da história.

Não se nega, aqui, a importância dos métodos da História, mas pretendeu-se frisar que eles não são uma ferramenta atemporal de julgamento e que a ótica do historiador não pode ser ajustada somente por ele. É na mediação das possibilidades e impedimentos em um determinado espaço social e determinada época que se pode compreender a obra de um autor, já que os métodos nem sempre são uma possibilidade.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, FFLCH, USP, São Paulo, 1985.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. Comparar e julgar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 2 maio 1933.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. Oração de Paraninfo. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, São Paulo, v. XXVIII, p. 79-90, 1932.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. **Quatro Discursos**. São Paulo: Estab. Graphico Pocai Wess & Cia, 1915.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Empreza Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1929.

ALMEIDA NOGUEIRA, José Luis. **A academia de São Paulo**. Tradições e reminiscências. 3. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1977. v. 1.

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006.

ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. **Revista de História**, São Paulo, n. 160, p. 221-260, 1. sem. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19110>. Acesso em: 9 jun. 2020.

- BARRETO, Plínio. Livros novos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 7 out. 1929.
- BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BRUNO, Ernani Silva. Um ensaio sobre os bandeirantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 1979. Ilustrada, p. 27.
- CANABRAVA, Alice P. Bandeiras. *In*: MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William (dir.). **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiro**. Brasília: Edições do Senado Federal, 1998. v. 2. p 737-790.
- CORREIO PAULISTANO**, São Paulo, p 3, 16 ago. 1929.
- DEBES, Célio. O historiador Washington Luís. *In*: LUÍS, WASHINGTON. **Na capitania de São Vicente**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 15-36.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Typographia Piratininga, 1924.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Raça de gigantes**. São Paulo: Editorial Helios, 1926.
- FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade**. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2004.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. A emergência de um discurso etno-histórico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: Associação Nacional de História (ANPUH), 2007.
- GUASTINI, Mário. Vida e morte do bandeirante. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 4, 29 set. 1929.

LEONZO, Nancy. Pioneiro da História Social no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 20 abr. 1991.

LIMA, Alceu Amoroso. Vida literária. **O JornalB**, Rio de Janeiro, p. 4, 17 nov. 1929.

Livros novos – Alcântara Machado – Vida e morte do bandeirante. **Diário Nacional**. A democracia em marcha, São Paulo, p. 5, 30 ago. 1929.

MARANHO, Milena Fernandes. **A opulência relativizada**. Níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682). Bauru: EDUSC, 2010.

MARTINS, Antônio Egídio. **São Paulo antigo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, [19--].

MARTINS, Renato. **Tradição, Modernidade e a História da Américas em Visão do Paraíso (1946-1969)**. 2017. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2017.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa de. Notas literárias. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 out. 1929.

MONTEIRO, John Manuel, Caçando com Gato – Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. **Novos Estudos** CEBRAP, São Paulo, n. 38, p. 79-88, mar. 1994.

MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de outrora**. Evocações da metrópole. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do vivido**. *Visão do Paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: EDUSP, 2008.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. **Quadro histórico da Província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

OSÉS, Mariana Ladeira. **"Nós, os Annales"**: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944). 2018. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, São Paulo, vol. 13, p. 79, p. 79 – 87, mar./maio 1992.

REVISTA DE ANTROPOFAGIA, São Paulo, ano I, n. 10, p. 6, mar. 1929b.

REVISTA DE ANTROPOFAGIA, São Paulo, ano I, n. 9, p. 6, fev. 1929a.

RIBEIRO, João. Crônica Literária. **Jornal do Brasil**, p. 9, 18 set. 1929.

RIBEIRO, João. Crônica Literária. **Jornal do Brasil**, p. 8, 21 dez. 1927.

RODRIGUES, Ana Paula. Antônio de Alcântara Machado com a câmera: exploração geográfica e cinematografia em *Pathé-baby*. **Cadernos de semiótica aplicada**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 1-14, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/5580>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ROIZ, Diego da Silva. Os projetos de escrita da História de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930-1940? **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 5, n. 10, p. 10-46, dez. 2013. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/29122>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ROURE, Agenor de. O 'Triângulo'. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 3, 29 set. 1929.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem a São Paulo e Quadro histórico da província de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, 2002.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Vida e morte do bandeirante. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 2, 15 set. 1929.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso de Taunay e Sergio Buarque de Holanda: reflexões e trajetórias. **Revista de História**, São Paulo, n. 78, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/142456/155732>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. Livros novos. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 8, 17 out. 1929.

SOUZA, Laura de Mello e. Alcântara Machado. Vida e morte do bandeirante. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico, 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2011. p 123-142.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da Historiografia e da Cultura sobre o Brasil Colonial. *In: FREITAS, Lourenço Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva***. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p 17-38.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. Equipamento bandeirante. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 5, 10 fev. 1929a.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. **História Geral das Bandeiras Paulistas, tomo primeiro**. São Paulo: Typographia Ideal – H. L. Canton, 1924.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. **História Geral das Bandeiras Paulistas, tomo segundo**. São Paulo: Typographia Ideal – H. L. Canton, 1925.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. **História geral das bandeiras paulistas, tomo terceiro (1641-1651)**. São Paulo: Typographia Ideal – H. L. Canton, 1927.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. Peças do gentio da terra. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, p. 5, 3 mar. 1929b.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos, ser e parecer**, São Paulo: AnnaBlume, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia Brasileira. **História: Questões e debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15676>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VALLE, Franco Della. **Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, USP, São Paulo, 2015a.

VALLE, Franco Della. Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, p. 111-128, 2015b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20983>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VAMPRE, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. São Paulo: Instituto Nacional do Livro – Conselho Federal de Cultura, 1977. v. 1.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista**. 2ª edição. Rio de Janeiro: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 1990.

VIANNA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

ZAMBONI, João *et all.* **Requerimento**. Arquivo da Academia Paulista de Letras, pasta da cadeira n. 1. São Paulo, 1941.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Franco Della Valle é bacharel em Direito, licenciado em História, mestre e doutorando em História Social. Pesquisa temas sobre História Intelectual e sobre o Direito no Brasil. Publicou os seguintes artigos: Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo, pela revista *Intellèctus*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2015, e Os juristas e a imagem da imprescindibilidade: a memória como capital simbólico, pela *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 2017.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Jundiáí, n. 26, sala 705, Boqueirão, Praia Grande, SP, CEP 11701-250, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Julio Cesar Pereira da Silva, Livia Maria Orsati e Miguel Soares Palmeira pela leitura, críticas e sugestões a versões preliminares deste texto. Os eventuais equívocos são, evidentemente, de minha inteira responsabilidade.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

PUBLICAÇÃO PRÉVIA

O artigo aprofunda alguns temas debatidos na minha dissertação de mestrado "Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista", orientado por Miguel Soares Palmeira, no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, defendida em 2015. Link: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16092015-152228/pt-br.php>. E no artigo "Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo", publicado pela revista *Intellèctus*, v. 14, n. 2, p. 112-128, 2015. DOI: 10.12957/Intellectus.2015.20983.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Flávia Varella – Editora Chefe

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovcic – Editora convidada

DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Franco Della Valle.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 30 de agosto de 2020.

Alterado em: 21 de abril de 2021.

Aprovado em: 18 de maio de 2021.